



Regularização fundiária é questão urgente para o país, aponta novo estudo do Climate Policy Initiative/ PUC-Rio

Acesse o estudo: <https://qoo.gl/imi1qH>

Direitos de propriedade seguros e bem definidos são uma ferramenta essencial para a gestão eficiente dos recursos naturais e para o crescimento econômico. Além disso, dado que a efetiva implementação do Código Florestal depende do cumprimento de proprietários e posseiros rurais, definir quem são os responsáveis pela terra é parte fundamental dos esforços de conservação da vegetação nativa no Brasil.

Atualmente, no entanto, o Brasil encontra-se em posição desfavorável no que diz respeito aos direitos de propriedade. Para contribuir com o debate, e visando o fortalecimento desses direitos, o Climate Policy Initiative/ Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio (CPI/ NAPC) lança um [estudo](#) que **fornece uma visão aprofundada da evolução dos direitos fundiários no país e do caminho histórico que influenciou a complexa situação atual.**

“A regularização fundiária no Brasil é um assunto que precisa ser tratado com a máxima urgência”, alerta Juliano Assunção, diretor-executivo do CPI no Brasil e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. “A insegurança dos direitos de propriedade traz consequências graves, como o aumento do desmatamento e do acirramento de conflitos no campo, além de atrasar o desenvolvimento econômico do país”.

Os problemas relacionados ao tema têm origens diversas e, muitas vezes, torna-se difícil para tomadores de decisão saberem por onde as mudanças devem começar. No relatório, o CPI/ NAPC traz **recomendações de políticas públicas** em quatro áreas principais:

Governança

- Simplificar os processos de regularização fundiária;
- Centralizar todos os cadastros no CNIR (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais);

Cumprimento da lei

- Melhorar os mecanismos para assegurar o cumprimento de direitos de propriedade dessas categorias fundiárias;
- Aproveitar inovação e tecnologia para proteger direitos de propriedade já atribuídos;



- Criar procedimentos administrativos próprios que visem ao cancelamento de registros imobiliários irregulares;

Regulamentação

- Normatizar a aplicação do Código Florestal de forma clara e objetiva;

Conhecimento

- Implementar avaliações rigorosas dos programas e intervenções que atuam em titulação de terras e governança fundiária;
- Examinar o valor da titulação da terra para posseiros e quais são as barreiras encontradas por eles.

As recomendações são apresentadas com detalhes no estudo, que também analisa os objetivos e atividades de organizações que trabalham com essa questão no Brasil.

A análise faz parte de uma série de publicações sobre direitos de propriedade elaborados pelo CPI/ NAPC, com o apoio da Omidyar Network. Acesse-as aqui:

- [Panorama dos direitos de propriedade do Brasil rural: legislação, gestão fundiária e Código Florestal](#)
- [Insegurança dos direitos de propriedade no Brasil: consequências e obstáculos para superação](#)

Sobre o Climate Policy Initiative

Com sede em São Francisco, o Climate Policy Initiative (CPI) tem como objetivo ajudar o crescimento dos países em questões que envolvem escassez de recursos naturais associados às mudanças climáticas. No Brasil, está vinculado ao Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio (NAPC/PUC-Rio). A organização é formada por analistas e consultores que trabalham para melhorar as políticas de energia e uso de terra, com foco em finanças. O CPI está presente em locais onde a política tem um grande impacto nessas questões, como Europa, Brasil, China, Índia, Indonésia e Estados Unidos. <http://climatepolicyinitiative.org/>

Comunicação
Mariana Campos
mariana.campos@cpirio.org
(21) 3527-2520 / 97299-3553